

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Boleto de São Paulo

Class.: _____

Data: 22/04/83

Pg.: _____

Os índios vão à Justiça

90

SYLVIA CAIUBY NOVAES

I (aipu, Projeto Carajás, Projeto Polonoroeste, grandes empreiteiras e fazendeiros, multinacionais. Não são, afinal, nada desprezíveis os adversários a serem enfrentados pelas sociedades indígenas atuais. E como se já não bastasse, surge agora uma nova batalha — a que os índios Sateré-Mawé estão enfrentando contra a Elf Aquitaine, que está realizando trabalhos de prospecção de petróleo em suas terras.

De várias formas as sociedades indígenas vêm resistindo ao contato com a sociedade nacional. Recuando para locais cada vez mais distantes das frentes de contato, enfrentando seus inimigos em luta direta, corpo a corpo, apelando aos órgãos tutelares, tentando fazer aliados na sociedade civil, conjugando várias destas formas de luta. Os resultados têm sido, como se sabe, os mais diversos: desde algumas vitórias até históricas derrotas.

No caso, por exemplo, do Projeto Polonoroeste e do Projeto Carajás, por exigência do Banco Mundial, foram destinados recursos para que os índios pudessem enfrentar os transtornos causados pelas obras. No caso da Elf Aquitaine, que causou um estrago considerável nas terras dos Sateré-Mawé, os órgãos envolvidos — Funai, Petrobrás e Elf Aquitaine — só tomaram as providências legais sob pressão dos índios, e mesmo estas absolutamente inócuas e inconstitucionais, por entrarem em conflito com o Estatuto do Índio (a lei é bem explícita: qualquer trabalho deste tipo só poderá ser efetivado através de decreto presidencial).

Há menos de um mês, em Manaus, os Sateré-Mawé lançaram mão de um recurso que só recentemente começa a ser utilizado pelas sociedades indígenas brasileiras. Constituíram advogados e,

através destes, entraram na Justiça com uma ação de interdito proibitório contra a Elf Aquitaine Serviços Petrolíferos Ltda.

Os fatos que levaram os Sateré-Mawé a esta ação remontam a 20 de agosto de 1981, data da primeira invasão da Elf, que, através de sua subsidiária, Cia. Brasileira de Geofísica, efetuou um levantamento sísmográfico nas terras dos Sateré. Nesta primeira invasão foram abertos cerca de 200 km de estrada, com clareiras de 3 em 3 km (cada uma com 3.000 m²) para pouso de helicópteros. Além das explosões com cargas de dinamite, que causaram pânico nas aldeias e afugentaram a caça da região, foram levados para entreter a equipe de trabalhadores bebidas e filmes pornográficos, fatos amplamente divulgados pela imprensa de Manaus.

Pressionada pelos índios a Funai enviou à área seu funcionário, Célio Horst, que fez um relatório dos danos e orçou o montante dos prejuízos em cinquenta milhões de cruzeiros. O presidente da Funai, achando talvez que esta quantia fosse muito elevada para os índios, e prevendo novos trabalhos de prospecção, que implicariam novas indenizações, resolveu desconsiderar a avaliação do técnico. Levou ele próprio aos índios um cheque com o irrisório valor de cinco milhões de cruzeiros.

Nesta mesma ocasião, para tranquilizar os índios, o presidente da Funai levou aos Sateré-Mawé cópia de um convênio assinado naqueles dias entre a Funai e a Petrobrás, onde se regulamenta o procedimento a ser observado em casos de pesquisa e lavra de petróleo e gases em terras indígenas. A "grande" garantia deste convênio é que os índios seriam avisados com alguma antecedência dos estragos a serem causados em suas terras. E mais, segundo tal convênio, apenas a Funai e

a Petrobrás se encarregarão de fixar os valores a serem pagos em vista dos prejuízos causados, sem nenhuma participação dos índios.

A Elf entrou pela segunda vez no território Sateré em setembro de 1982, desrespeitando não apenas o Estatuto do Índio, como os próprios regulamentos estabelecidos pelo tal convênio. Novos estragos: 144 km de estradas, com cerca de 100 clareiras abertas; guaranizaís, cafezais e madeiras de lei foram derrubadas, e a caça, importante item da alimentação Sateré, foi afugentada.

E contra estes fatos todos que os Sateré-Mawé se manifestam. Desta vez tomando a iniciativa de apelar à Justiça do País. O presidente da Elf Aquitaine na França, Albin Chalandon, já tem os argumentos de sua defesa: tanto o trabalho da empresa, quanto o pagamento da primeira indenização já paga e da segunda (ainda por ser avaliada) foram intermediados pela Funai, tendo a Elf Aquitaine obedecido o convênio celebrado entre Petrobrás e Funai.

Para piorar ainda mais a situação dos Sateré-Mawé a Elf Aquitaine acena com a possibilidade, caso seja encontrado petróleo, de ocupar uma área de 10 km² para exploração do campo petrolífero. Mas, diz o presidente da Funai, "agora em todo lugar estão torcendo para aparecer petróleo. Ai vocês ficarão ricos, até eu queria ser índio" (segundo gravação feita pelos índios quando da entrega da primeira indenização).

E por confiarem plenamente nestas garantias todas que os índios resolveram se precaver através da Justiça, e desta vez por si próprios.

Sylvia Caiuby Novaes é presidente do Centro de Trabalho Indigenista e professora assistente da Universidade de São Paulo na área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais.